



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
26/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 22

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
26/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 22

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado comunicou em 17/09/2014, nos termos do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por razões profissionais, se encontra fora do concelho, pelo período de um mês, pelo que será substituído pela candidata imediatamente seguinte da lista do +Concelho, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho fez uma declaração de interesses, uma vez que é a Presidente do Conselho de Jurisdição do Atlético Clube Marinhense e está impedida de participar na discussão e votação deste assunto.

De seguida ausentou-se da reunião.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. REQUERIMENTO DE ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE – APRECIÇÃO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 – REQUERIMENTO DE ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE – APRECIÇÃO

Sobre o assunto em apreciação registaram-se as seguintes intervenções:

A **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** referiu que trazia uma proposta alternativa para resolução do assunto em termos imediatos e de futuro, que seria a execução de um Plano de Pormenor para a Portela, com uso exclusivo do terreno para a prática desportiva. Sabe que esta proposta é de mais difícil concretização no imediato mas é aquela que lhe parece ser a melhor solução para preservar este equipamento para a prática desportiva.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que não lhe parece que este assunto tenha que ser discutido numa reunião extraordinária, uma vez que é um assunto muito abrangente para a comunidade e por isso é um assunto do domínio público. Também não sabe qual é a urgência, mas não deverá ser muita, uma vez que o documento que recebeu entrou a 28 de agosto, e como não recebeu mais documentos não consegue opinar. Este documento deixa-lhe muitas dúvidas, parece que há dados para trás que não conhece. Como não tem dados para apreciar ou deliberar pensa que deveria haver uma proposta concreta, a Câmara deveria ter feito uma proposta política sobre qual o seu pensamento em termos legais e jurídicos. Por outro lado também não lhe parece que este valor estivesse em orçamento, e para a hipotética decisão de avançar teria que haver cabimento orçamental.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que o Sr. Presidente entendeu, e bem, fazer uma reunião extraordinária, para que todos possam estar à vontade nas suas considerações, pois os problemas do ACM têm estado na comunicação social ao longo dos últimos 15 anos. A proposta apresentada pela Sr.ª Vereadora Maria João desvaloriza os terrenos, uma vez que lhe dá uso para a prática desportiva quando antes já tinha havido um parecer e deliberações para determinados fins, não só para o desporto. Ao alterar-se os destinos dos terrenos para a prática exclusiva do desporto ir-se-ia de encontro a outras deliberações já tomadas. Também não seria viável a elaboração de um Plano de Pormenor porque ainda temos o PDM em vigor e não se pode fazer um PP para um terreno privado. O que o ACM pretende é que a Câmara lhe faça um empréstimo e a Assembleia Geral do Clube dirá depois quais são as condições. Já sabe qual será a sua decisão, pois a Câmara não é nenhuma instituição de crédito.

O **Sr. Vereador António Santos** entende que o documento tem duas vertentes. Uma vertente de empréstimo e depois a de compra pela Câmara e a cedência ao ACM. Em primeiro lugar o ACM não pode pedir um empréstimo à Câmara. Esta não é uma instituição de crédito e não pode emprestar dinheiros públicos, e por outro lado à face do direito público a Câmara não pode comprar para depois ceder a uma entidade individual. Entende que é um assunto delicado, e por isso deveria ser tratado numa reunião extraordinária. Na sua opinião o documento padece de um vício formal porque a Câmara não pode canalizar dinheiros públicos para fins privados. Rejeita a petição, mas o assunto não se esgota aqui. Os terrenos não devem ir para mãos privadas, pelo que entende que a Câmara deveria

comprar os terrenos, o bem imóvel passar da esfera jurídica do privado para a esfera jurídica pública, e depois a Câmara faria um concurso público para que os clubes desportivos concorressem e comprassem. Esta proposta vai no sentido de o terreno não ir para mãos privadas.

O **Sr. Presidente** chamou a atenção para o facto de não haver dinheiro em orçamento para este fim.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que se trata de um problema muito delicado, que para si não é surpresa, porque conhece profundamente a situação do ACM, com quem já reuniu várias vezes. Dói-lhe esta situação, sempre apoiou o clube, que é um dos mais representativos do concelho, e todos têm grande vontade em resolver a situação. A situação financeira do ACM é difícil e complicada, e por isso julga que é melhor discutir o assunto de uma forma privada, numa reunião extraordinária, porque quando a situação concreta é colocada, aquilo que o executivo permanente espera é que venham outros contributos que não os seus.

A proposta da Sr.^a Vereadora Maria João não lhe parece exequível, por uma questão jurídica, e a do Sr. Vereador António Santos também não, por uma questão de timing. Confessou que também esperava alguma sugestão do Sr. Vereador Aurélio.

Neste momento tem duas preocupações. Em primeiro lugar a legalidade da decisão que se tomar, e uma decisão favorável à petição é perfeitamente ilegal, e por isso não se sente com condições para votar favoravelmente este pedido, porque teria consequências criminais e financeiras, e até políticas. Por outro lado, e embora não esteja perfeitamente de acordo com o Vereador António Santos, também o preocupa se se deixar “fugir” o terreno para um particular.

Terminadas as intervenções de cada um dos membros do executivo, seguiu-se uma troca de informações entre todos, que historiaram os anteriores acontecimentos no ACM e os procedimentos, corretos ou incorretos, das sucessivas direções do clube.

Seguidamente, o **Sr. Presidente** leu o parecer jurídico emitido pelos serviços jurídicos da Câmara e apresentou a proposta do executivo permanente, que dá resposta ao requerimento apresentado pelo ACM - Atlético Clube Marinhense.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que precisa de analisar o parecer jurídico e a proposta, face aos dados novos de que hoje teve conhecimento, tendo proposto que estes dois documentos sejam cedidos a todos os Vereadores e que depois a proposta seja votada na próxima reunião ordinária.

O **Sr. Vereador António Santos** também comunga da mesma proposta do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, propondo ainda que a Câmara analise a proposta que apresentou no início da reunião e que a mesma seja votada, apesar de estar de acordo com a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara.

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
26/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 22

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura o **Sr. Presidente** interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:30 horas às 11:45 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Retomada a reunião, o **Sr. Presidente** entregou aos Senhores Vereadores cópias do parecer jurídico e da proposta que apresentou, tendo colocado à consideração a interrupção da reunião, para que possam analisar os referidos documentos.

Foi por todos aceite a interrupção da reunião, que será retomada às 18:30 horas de hoje.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi retomada pelas 18:30 horas, tendo o Sr. Presidente colocado a votação a seguinte proposta:

756 - Presente requerimento apresentado pelo Atlético Clube Marinhense, recebido em 28 de agosto passado, no qual é solicitado que esta autarquia adquira o prédio deste clube sito na Portela, no âmbito de um litígio judicial.

Presente parecer jurídico, de 3 de setembro, no qual se aprecia a legalidade do proposto.

Considerando que:

- A Câmara Municipal tem, agora como no passado, uma postura ativa e empenhada de apoio ao desenvolvimento da prática desportiva promovida pelos clubes sedeados no concelho;
- A Câmara Municipal pauta a sua avaliação e decisão em matéria de apoios desportivos por critérios rigorosos e que visam a melhor utilização dos recursos públicos em benefício da população do concelho;
- A Câmara Municipal apenas pode deliberar no quadro da prossecução das atribuições legais do Município;

- A proposta apresentada não pode legalmente ser aceite, por implicar a assunção de posições jurídicas em contratos para as quais o Município não dispõe de habilitação legal;
- A proposta apresentada não é suscetível de integrar o objeto de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo.

A Câmara Municipal delibera indeferir o pedido apresentado pelo Atlético Clube Marinhense.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Maria João Gomes, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei contra porque o +Concelho apresentou uma proposta com a preocupação de se envidarem todos os esforços no sentido de resolver a situação do espaço do campo de jogos e procurar assegurar que no futuro esse espaço seja permanentemente equipamento desportivo, proposta esta que não representa custos para o Município.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Concordo, na generalidade, com a proposta de deliberação apresentada pelo executivo, considerando os fundamentos invocados no parecer jurídico que a sustenta, excepto quanto ao segundo ponto do parágrafo da referida proposta, o referente aos “considerandos”, dado que entendo que o Município não “pauta a sua avaliação e decisão em matéria de apoios desportivos por critérios rigorosos e que visam a melhor utilização dos recursos públicos em benefício da população do concelho”.

Registo o lamento pelo facto de o executivo entender continuar a não enviar a documentação respeitante ao processo aquando das convocatórias e nos prazos que a lei prevê, o que sucedera novamente neste processo. Veja-se que o parecer jurídico que sustenta a proposta de decisão e a própria proposta, apenas foi facultada no decurso da 1ª parte da reunião. Considero ainda que a matéria em apreço não justifica uma reunião extraordinária, atento ao facto de o requerimento ter dado entrada nos serviços no dia 28 de Agosto e só agora ser objecto de apreciação. Entendo que, por uma questão de transparência e garantia do princípio de igualdade, este assunto, não sendo de carácter reservado, poderia perfeitamente ser apreciado em reunião ordinária.

Sem prejuízo da decisão deste órgão, referente ao pedido em apreço e, tendo em conta que o Atlético Clube Marinhense é um dos clubes mais antigos e prestigiados do nosso concelho, considero que o Município deverá estar disponível para ajudar a encontrar uma solução para os terrenos do prestigiado clube, dado que estamos a apreciar espaços desportivos localizados numa área privilegiada da cidade e a vida do clube significa um trabalho muito importante para as crianças e jovens do concelho.”

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

“O ACM faz dois pedidos.

Qualquer deles não pode ser atendido porque são ilegais. Nesse sentido votamos contra a petição apresentada pelo ACM e favoravelmente a proposta apresentada pelo executivo Camarário.

Admitimos, como possível, aprovar a compra do terreno por parte do Município. Mas, neste caso, após a compra, deverá este abrir um concurso público para concessão do terreno por um período e valor a fixar, com a condição de o clube vencedor apresentar fiadores, que se responsabilizem pelo cumprimento do contrato.

Esta solução impõe que o Município faça uma proposta no processo executivo, pelo valor acima do mínimo e, se lhe fôr adjudicado, ao abrir um concurso público, o Atlético poderá candidatar-se, aceitando a regras do concurso.

O preço da concessão deve permitir a amortização do investimento, num prazo razoável.

O Atlético tem, assim, campo aberto para se candidatar e, se fôr o vencedor, manter a atual atividade, que é do interesse público.

Esta proposta será a forma de evitar que apareça aí uma qualquer entidade que, adquirindo o terreno, o transforme em blocos de construção, impedindo que este espaço se mantenha como uma zona desportiva, por excelência.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“A atividade desenvolvida pelo Atlético Clube Marinhense, durante mais de 90 anos, a todos nos enche de orgulho.

Os marinhenses muito devem a esta instituição quase centenária e por este Clube passaram milhares e milhares de atletas, que se formaram, não só como desportistas, mas também como homens e mulheres.

É neste contexto de grande apreço e estima, que somos confrontados, enquanto autarcas, pela presente situação vivida pelo Clube, que a todos nos entristece e preocupa.

Em termos de decisão, o coração e a vontade empurram-nos num sentido, mas a razão e a dura realidade da vida, indicam-nos um caminho bem diferente.

Face ao requerimento/petição apresentado pelo Atlético Clube Marinhense, bem como a informação jurídica anexa que aponta no sentido da nulidade jurídica de qualquer decisão

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
26/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 22

favorável à pretensão apresentada, nada mais me resta, a não ser votar contra, pelos fundamentos jurídicos apresentados.

Não acolhi a proposta apresentada pela snr^a Vereadora Maria João do Movimento Mais Concelho, porque a mesma é completamente irrealista, descabida, ilegal e populista, além de inexecutível.

Esta decisão não implica que se encerrem aqui as possibilidades de ajuda e apoio ao Atlético Clube Marinhense e aos seus atletas.

Estou convicto que deveremos todos, a uma só voz, desbravar possíveis soluções.

Essas possíveis soluções, nesta altura do processo não são fáceis, mas da minha parte existe toda a disponibilidade para estudar e equacionar todas as possibilidades, dentro dum quadro geral de respeito pela legalidade e de respeito e defesa dos interesses comuns da população marinhense."

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

757 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18:45 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião